

OS TESTES ESTÃO SUJEITOS ÀS LEIS DO MERCADO?

Suzana da Rosa Tolfo

Professora do Departamento de
Psicologia da UFSC, mestre em
Administração Pública pela
CPGA/UFSC.

RESUMO

Desde os primeiros estudos sobre a inteligência, e a sua mensuração, essa tornou-se uma das temáticas sobre a qual a ciência psicológica mais tem sido solicitada. Essas solicitações tornaram-se um problema porque os testes se desenvolveram, sem que houvesse uma definição clara dos conceitos empregados, e as funções a serem mensuradas passaram a ser definidas operacionalmente a partir dos testes de inteligência, de aptidão, dentre outros. Em decorrência desses, e de outros fatores, não existe concordância entre os cientistas quanto a um paradigma acerca da inteligência e sua mensuração. Dentre os

ABSTRACT

Since the first studies about intelligence and its measurement, this one has been one of fields where the psychology has been requested. This request changed to problems because the tests developed before a clear definition of this concepts, and the functions measured were defined from intelligent tests or aptness among others. So, because it, and others factors there isn't among the scientists in this fields the agreement about the intelligence its measurement. Among the experts, now a days, who have build the concept of intelligence and its measurement instruments is Robert Sternberg. Coming from the progress question, or not progress in the psychometrics tests

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v.12	n.16	p.131 - 147	1994
-----------------------------	---------------	------	------	-------------	------

estudiosos que têm se dedicado, contemporaneamente, à conceituação de inteligência e de instrumentos para a sua mensuração está Robert Sternberg. Partindo da questão global do progresso, ou a sua falta, na área de testes psicométricos, trata das características dos testes frente às exigências do mercado de seus consumidores, dos desenvolvimentos recentes e das perspectivas futuras. Este artigo objetiva discutir o artigo intitulado *Ability Tests, Measurements, and Markets* onde o referido autor trata desta problemática de acordo com uma perspectiva muito própria.

field, he talk about of the tests characteristics face the market exigencies, the news developments and the future and perspectives. This study intend to argue about the article called Ability Tests, Measurements and Markets where the author talk about these problems with his own overview.

As discussões acadêmicas acerca da conceituação da inteligência e, especialmente, a sua mensuração têm sido marcadas por posições diferenciadas. No sentido de contribuir para essa discussão, partiu-se da análise do artigo intitulado *Ability Tests, Measurements and Markets* (1992), de Robert Sternberg, em que o proeminente autor trata dos avanços, ou a sua falta, na habilidade de testar, dado a influência do mercado na área.

O referido autor inicia o seu artigo traçando um paralelo entre a criação e o desenvolvimento do automóvel e dos testes de inteligência. Parte do princípio de que assim como o carro que dirigimos hoje é bastante semelhante, na sua concepção, ao original modelo "T", os testes atuais sofreram poucas modificações em relação à Escala de Binet, do início do século.

Argumenta o articulista, que embora não se possa dizer que não houveram mudanças, pois os testes hoje são mais válidos e confiáveis do que no passado, aplicáveis em menor tempo, com níveis apropriados de dificuldade, os conteúdos e tipos de itens se mantiveram mais ou menos constantes.

A posição do autor mostra-se contraditória, pois apesar de considerar moroso o desenvolvimento dos testes

psicológicos, observa que outras invenções que sofreram poucas alterações, como o automóvel, permanecem úteis e válidas. Isso não implica que tenha havido uma estagnação na indústria automobilística, que é uma área que investe milhões de dólares em pesquisa de tecnologia. O mesmo parece ocorrer com os testes.

Entendemos que Sternberg (1992) parte de uma visão de ciência que espera por “revoluções científicas” por meio das quais se estabelecerá um paradigma unívoco sobre a inteligência, as aptidões, os testes psicológicos, entre outros.

Conforme assinala Kuhn (1978) a maior parte dos novos conhecimentos produzidos pelos cientistas ocorreram através da “ciência normal”, ou seja, originários da pesquisa baseada em realizações científicas que ocorreram no passado e que continuaram sendo objeto de estudos no presente.

A figura do cientista como aquele que descobre coisas novas e é idealizado em sua área, como Lavoisier, na Química; Franklin, na Eletricidade; Santos Dumont, na Aviação e muitos outros, não é a regra, mas a exceção. Kuhn (1978) explica que o trabalho do cientista é principalmente dentro da “ciência normal” realizando a pesquisa científica voltada para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma.

Utiliza-se de uma analogia para dizer que este é um trabalho de “limpeza”, pois uma vez que o progresso na “ciência normal” é essencialmente cumulativo, a tarefa consiste em aperfeiçoar os conhecimentos repassados por gerações e as convicções compartilhadas pelos grupos de cientistas.

Neste sentido, o paradigma:

“(...) é um objeto a ser melhor articulado e precisado em condições novas ou mais rigorosas (...). Os paradigmas adquirem seu status porque são mais bem sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves (...). De início, o sucesso de um paradigma (...) é, em grande parte, uma promessa de sucesso que pode ser descoberta em exemplos selecionados e ainda incompletos” (Kuhn, 1978: 44).

Esta questão mostra-se especialmente válida para a Psicologia que por ter adquirido, mais recentemente, o status de ciência tem seu campo de conhecimento colocado constantemente à prova (interna e externamente).

Em relação à inteligência e a sua testagem, defende-se que, mesmo que as definições e instrumentos existentes não sejam suficientes, podem ser considerados um prenúncio de sucesso. O fato de não terem abarcado todos os fatores ou funções concernentes, não invalida os resultados positivos que têm sido levantados por estudiosos (Anastasi, 1977; Barret & Depinet, 1991).

A vulgarização que os testes sofreram, após terem se tornado de amplo conhecimento público - na I Guerra Mundial - levou tanto ao mau uso como à expectativas desproporcionadas. Alguns profissionais ansiosos por participarem do movimento emergente incorreram em todo o tipo de falhas. Elas foram (e ainda vão) desde o charlatanismo até a utilização desses instrumentos como resposta única às suas práticas e, passaram aos clientes e leigos uma idéia mágica, e incorreta, sobre as qualidades dos testes.

Na realidade o teste é uma "amostra" de uma função ou fator. Aqueles familiarizados com a sua construção sabem que os testes de inteligência ou de aptidão escolar não buscam representar a totalidade das funções cognitivas, até porque deixariam de ser uma amostra. Constituem-se, principalmente, em medidas de certas aptidões que devido ao mau uso ou à generalidade dos nomes têm sido interpretados erroneamente (Anastasi, 1977).

O fato dos testes, desde o seu surgimento, continuarem sendo o que se propunham não significa que não houveram avanços. A caminhada para a concepção de instrumentos mais elaborados, pelos estudiosos que se ocupam da psicometria é árdua mas não está interrompida. Teorias sobre inteligência (Sternberg 1985; Gardner, 1984) vêm sendo desenvolvidas e continuam fornecendo combustível às pesquisas dos testes.

No texto ora analisado estabelece-se uma segunda relação: a força do mercado e a tecnologia dos testes. Segundo Sternberg, existe uma "indústria" de testes que está preocupada com as exatas questões que norteiam as leis do mercado - a compra e venda e, os lucros. Neste sentido, sintetiza a posição de alguns críticos da testagem que enfatizam a influência do mercado, como centro do problema:

"De acordo com esta visão as companhias de testagem se curvarão diante de qualquer coisa para vender os testes, tanto quanto outras companhias se curvarão para venderem produtos obviamente incertos, se houver um mercado para eles" (Sternberg, 1992:135).

Embora concordando que as editoras dos testes, como qualquer organização, seguem o princípio da eficiência, e não se interessam em vê-los "encalhados", há de se considerar outros fatores além daqueles contidos na afirmação anterior.

Os testes continuam sendo elaborados e utilizados porque conseguem suscitar e/ou apresentar respostas, mesmo que limitadas, a questões que são do interesse dos cientistas da Psicologia e do senso comum.

Se dermos uma rápida olhada nos Psychological Abstracts,¹ veremos que há preocupação em aferir testes já conhecidos, em regiões como a Ásia e a África, e há, principalmente, o desenvolvimento de novos instrumentos. Neste último caso, constata-se a existência de temas tais como o preconceito, o comportamento do adolescente, o uso de drogas, a síndrome pré-menstrual da mulher e a AIDS. Temas atuais como estes demonstram que há progresso na busca do conhecimento psicológico.

Será que diante disso poderíamos dizer que esse interesse está voltado para a venda de novos produtos? Pode ser que sim. Mas Sternberg (1992) pode estar refletindo

¹ Publicação americana que lista a produção científica atual de melhor qualidade em Psicologia (livros, capítulos e artigos) em todo o mundo e possui parte destinada à psicometria.

novamente sua concepção de ciência conforme o analisado no início deste artigo.

Quando se pensa em ciência é comum surgir a separação entre a ciência pura e a aplicada. Na prática esta separação torna-se difícil e acaba sendo arbitrada, de acordo com a motivação do cientista. O cientista puro seria aquele preocupado em desenvolver novos conhecimentos ou ampliá-los, sem uma preocupação com a sua utilização. Em razão disto estariam mais próximos de chegar às “revoluções científicas”. Por outro lado, os cientistas voltados à ciência aplicada apresentam as mesmas preocupações básicas, mas também o interesse em questões que levam à utilização imediata de tal conhecimento. A escolha das variáveis investigadas pela ciência aplicada estão relacionadas com problemas práticos que mobilizam os estudiosos para encontrar suas soluções (Marx e Hillix, 1978).

Cabe questionar se a preocupação com a aplicabilidade dos novos conhecimentos leva a maiores erros ou desvios nos objetivos científicos. Ou, retornando ao texto de Sternberg (1992), o fato dos cientistas serem tão suscetíveis em seus campos, às questões de mercado, quanto pessoas de negócios, torna suas descobertas cientificamente vulneráveis.

Como afirmou-se anteriormente, a idéia do cientista como o “grande descobridor”, isolado do seu meio, totalmente neutro, objetivo é figurativa. Apesar da aspiração clássica dos positivistas de que não teriam preconceitos ou valorações, entende-se que, em qualquer área que seja, ele estará sendo influenciado pelo “Zeitgeist” da época. Mas a forma como o cientista se deixa influenciar não implica, necessariamente, em um relativismo exarcebado. Em última instância depende de uma posição moral: se o seu compromisso maior for com o sucesso, seu e/ou de quem o financia do ponto de vista econômico, social e político, poderá colocar interesses pessoais ou de grupos acima do compromisso de desenvolver o conhecimento. Uma situação dessas é a do pesquisador americano Robert Gallo que foi acusado de má conduta científica por mentir, em um artigo

de 1984, que descobrira o vírus da AIDS. Na verdade, ele usou amostras do vírus HIV isolado em Paris, pelo Instituto Pasteur (Revista VEJA, 1992: 67).

Situações como esta suscitam outras questões: dever-se-ia então deixar de realizar pesquisa aplicada para evitar tais problemas? O fato de pesquisadores em Psicologia se preocuparem com temas atuais, como alguns citados anteriormente, se deve às leis do mercado?

Temas atuais têm sido incluídos dentre os constantes em disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia, em publicações e nos questionamentos que leigos fazem aos profissionais. Na forma de ressonância, eles têm fomentado a psicometria que, atenta aos avanços teóricos no campo psicológico, passa a desenvolver instrumentos que respondam à questões emergentes sobre o ser humano. Se assim não fosse, a Medicina por exemplo, abdicaria de procurar a cura para as doenças em favor de uma ética baseada na prática tão somente da ciência pura.

No artigo analisado, seguindo a mesma analogia crítica, é tratada a sujeição dos cientistas às prioridades de editores que definem o que é publicável e, até mesmo a adequação do discurso de um cientista à audiência a qual está destinado. Quando se analisam as características da ciência (Marx e Hillix, 1978), vê-se que uma delas é a linguagem própria, ou seja, um código estabelecido e dominado por aqueles que trabalham na área. Normalmente, quando o cientista vai escrever ou falar sobre o seu trabalho precisa adequar essa linguagem de modo que, seus leitores ou ouvintes, consigam compreender o que está sendo dito.

Ao chamar atenção para o entendimento de que os cientistas nem sempre são puros em suas motivações, pois elas são guiadas pela força do mercado, Sternberg (1992) sinaliza a importância de se compreender a ação dessas forças sobre a indústria de testes.

O autor defende, ainda, que as necessidades dos consumidores de testes, na situação escolar, foram e têm sido as seguintes:

1. realização de predição;
2. teste-reteste ou formas alternativas de confiabilidade;
3. padronização exata;
4. alta correlação com outros testes similares;
5. facilidade de administração;
6. facilidade de interpretação;
7. objetividade no *score*;
8. imparcialidade;
9. baixo custo e
10. defensabilidade legal.

Grande parte destas necessidades estão identificadas com as características da ciência e com os requisitos principais e secundários dos testes. Cabe comentar alguns deles, dada a compreensão apresentada por Sternberg (1992).

Em relação à necessidade de teste-reteste ou de desenvolvimento de formas alternativas de confiabilidade, coloca que os *scores* do teste são relativamente estáveis por algum tempo e assim devem ser porque ninguém pode fornecer tempo ou dinheiro para retestes freqüentes. Esta colocação, parece ser suplantada por outra espécie de questão prática. A confiabilidade do teste ou sua fidedignidade se referem à estabilidade e à confiança nos resultados. Este é um dos requisitos principais de um teste, pois não haverá sentido em aplicá-lo sem a "(...) confiança na permanência dos resultados" (Van Kolck, 1977:20) porque não consegue medir com acuidade aquilo a que se propõe.

Sobre a necessidade de padronização exata, que o artigo ora analisado considera importante aos testes pelo interesse dos administradores escolares em comparar o desempenho no interior das suas com outras escolas, consideramos que esta proposição fica prejudicada. Isto dá-se pelo fato de que as escolas não apresentam uma situação padronizada que permita comparar objetivamente os resultados apresentados pelos indivíduos de diferentes instituições.

A padronização tem sentido em todas as fases do teste, justamente porque possibilita que os testandos estejam su-

jeitos a mesma situação de sistematicidade, embora, de certo modo, estejam sendo avaliadas suas diferenças de condições.

A facilidade em administrar os testes e interpretar seus resultados é considerada de interesse do mercado, no artigo analisado neste trabalho, pois são tarefas que devem ser realizadas por professores com pouco ou nenhum treinamento em testagem.

Entre os psicólogos existe farta literatura (Székely, 1966; Cronbach, 1970; Van Kolck, 1977; Anastasi, 1977; Lawson, 1992) que trata da necessidade da preparação adequada do psicometrista, o que não tem sido assegurado. Os testes muitas vezes têm sido aplicados por pessoal desqualificado para tal função. Cremos que isso se deve tanto à carência deste pessoal, especialmente no Brasil, como às deficiências tanto dos profissionais formados nos cursos de graduação em Psicologia, como em outras profissões.

Embora os testes psicológicos sejam um dos métodos de uso privativo do psicólogo, no Brasil têm sido utilizados em larga escala por profissionais de outras áreas que não possuem domínio sobre eles. Essa utilização por profissionais despreparados certamente contribuiu para a vulgarização do seu uso. Caberia ao Conselho Federal de Psicologia e aos Conselhos Regionais, como entidades que regulamentam a profissão no nosso país, a tarefa de orientar, disciplinar e fiscalizar a utilização de tais instrumentos, visando coibir a utilização inadequada e assegurar o que rege o Código de Ética Profissional dos Psicólogos (1987) - especialmente quanto ao sigilo e a fidedignidade de resultados de instrumentos e técnicas psicológicas.

De acordo com Lawson:

“Em primeiro lugar, a administração de um teste individual e a interpretação dos resultados de qualquer teste de inteligência são tarefas que requerem habilidades superiores especiais(...). A habilidade na administração de tal teste requer uma capacidade de conhecimento dos infinitos significados que um sujeito pode

dar a uma questão, tem que garantir acuidade na interpretação das matizes do raciocínio através do qual a mente do sujeito continua relatando algumas de suas soluções, e requer conhecimento da significância estatística das várias partes do teste” (1992:131).

A afirmativa de Sternberg (1992) de que a objetividade atualmente seria uma forma daqueles que aplicam os testes evitarem qualquer tipo de discussão sobre resultados com os pais das crianças, deixa de considerar que um dos princípios básicos da ciência, desde os seus primórdios, foi a necessidade da objetividade em todos os níveis. Se aceitarmos como correta a posição do autor em questão, estaremos aceitando a noção de que a objetividade serve como instrumento de isenção atrás do qual os pesquisadores podem se esconder para não responder à questões desagradáveis. Seria a afirmação do seu oposto, pois ser objetivo pressupõe a capacidade de análise sem procurar relacioná-la com seus desejos pessoais.

Das necessidades apresentadas, as que estabelecem maior relação entre os testes e o mercado são a busca do baixo custo e a defensibilidade legal, pois ambas procuram, em última instância, a racionalidade e a eficiência econômica.

Segundo Sternberg (1992) os testes devem ser observados para que sejam justos e, portanto, não favoreçam o desempenho de um grupo sobre outro. Entendemos que esta oitava necessidade, a imparcialidade, tem sido a que suscita os maiores debates atuais entre os profissionais da área e de áreas correlatas. Isto tudo porque os testes têm sido acusados de segregarem crianças provenientes das classes mais pobres, nas escolas; as minorias, na sociedade, os indivíduos de países de Terceiro Mundo, dentre tantos outros.

Para ALMEIDA e CRUZ os testes passam a ser contestados e até mesmo abandonados por psicólogos, em razão de que:

“O seu conteúdo e formato beneficiava (ou adequava-se mais) a uma população ocidental industrializada de classe média e escolarizada. Grupos sociais minoritários e outras etnias estavam à partida prejudicados pela situação de teste” (1988:210).

Ao tratar da relação entre os testes psicológicos e a antropologia, AUGRAS, posiciona-se do seguinte modo:

“As teorias em que se apoiam as técnicas de psicodiagnóstico foram elaboradas em momentos históricos específicos, por pensadores inseridos numa visão do mundo e do homem próprio da cultura de sua sociedade (...). Nessa perspectiva (da psicologia da cultura), testes são produtos culturais, e só fazem sentido dentro do universo de referências simbólicas que os gerou” (1990: 78-9).

Em seu artigo, AUGRAS (1990) descreve três exemplos da aplicação de testes projetivos em grupos com padrões culturais diferentes daqueles à partir do qual os testes foram elaborados: testes psicológicos em ilhéus do estreito de Torres, RORSCHACH e PMK, em índios Kaingang e RORSCHACH em sacerdotisas, dos cultos afro-brasileiros do Recife. Conclui que os resultados pouco ou nada acrescentam à Psicologia, uma vez que para a sua aplicação e avaliação os pressupostos da psicologia diferencial se esvaem.

Tanto as análises quanto os exemplos citados demonstram a não observância de um importante requisito de um teste: a aferição. Este requisito se refere ao estabelecimento de normas, para a avaliação e interpretação dos resultados no teste. Para tanto, deve ser considerado o grupo para o qual o teste foi organizado, pois sempre que ele diferir, o instrumento deverá passar por nova aferição, ou seja, deverão ser estabelecidas “unidades de medidas mais adequadas aos sujeitos em apreço” (VAN KOLCK, 1977:22). Sem que isto ocorra, o teste estará perdendo outros de seus requisitos principais pois deixará de medir aquilo que ele realmente se propõe e deixará de fazê-lo com acuidade.

Conforme STERNBERG (1992), os testes atuais se saem muito bem à luz das necessidades do mercado, para o qual estão voltados e, apesar das críticas, eles efetivamente vem a predizer o desempenho de forma válida nos níveis de escolas elementares e secundárias.

ANASTASI (1977) sustenta que as grandes questões levantadas contra os testes não têm sido essencialmente quanto à sua construção, que tem se mostrado adequada, mas principalmente à interpretação dos resultados e àquelas que utilizam os testes. Como instrumentos que medem atributos dos indivíduos, dependem do conhecimento, da habilidade e da integridade de quem os usa. Um bom teste em mãos de um mau profissional tende a ser pior do que um teste limitado em mãos de um bom profissional.

No artigo em discussão há uma questão que retorna à análise do desenvolvimento da área: se os testes, na sua maioria, estão cumprindo os critérios de seu lugar no mercado real, então porque eles avançam tão lentamente? (STERNBERG, 1992:136).

Em primeiro lugar, a perspectiva de morosidade na evolução dos testes remete novamente à visão de ciência subjacente às colocações do autor, como tratou-se anteriormente.

Em segundo lugar, encontram-se as próprias posições diferenciadas quanto à necessidade de mudanças. Enquanto STERNBERG (1991, 1992) critica os modelos vigentes por não serem respostas unívocas, principalmente, na mensuração da inteligência e das aptidões e advoga a imperiosidade de que hajam avanços, ANASTASI (1977) defende que as formas de testes existentes não precisam ser substituídas por outras, pois são amostras de aspectos representativos do comportamento e não se deve relegar os dados normativos e de validação com o qual contamos atualmente. Afora estas posições, há autores como WARZECHA (1991) que estão convictos de que a avaliação psicológica está no limite de um desenvolvimento revolucionário.

Todo o campo de conhecimento deve buscar o aperfeiçoamento ou o estabelecimento de seus paradigmas próprios e esse trabalho possivelmente levará à evolução dos instrumentos em relação aos existentes. Não há como conceber uma ciência ou um campo de conhecimento que procure se manter distante do progresso; mas, por outro lado, qualquer tentativa em forçar avanços pode levar a resultados engano-

sos. Não consta que tanto o imediatismo como a paralisia sejam características desejáveis ao conhecimento científico.

Uma crítica que não se pode deixar de formular em relação ao uso dos testes é de que têm sido supervalorizados os requisitos psicométricos e a quantificação suplantou a análise da qualidade dos resultados. Atualmente, alguns estudos buscam unir esses dois aspectos, de modo que se faça uma análise qualitativa de testes psicométricos e vice-versa.

Nesta direção, quando VAN KOLCK trata das diferenças na forma de abordar os testes, defende que:

“Fundamentalmente não é o instrumento mas a maneira como nos aproximamos do problema que é importante. Assim, embora a escala de Wechsler tenha sido elaborada na tradição psicométrica e o psicodiagnóstico de RORSCHACH na projetiva, a primeira foi usada clinicamente por RAPPAPORT e o segundo tem sido objeto de tratamento psicométrico” (1977:17).

A questão do progresso (ou não) no desenvolvimento dos testes e suas relações com o mercado foram tratadas exaustivamente no decorrer deste trabalho. O que há de mais relevante na conclusão do artigo é a constatação da importância dos pesquisadores prognosticarem as futuras necessidades de testagem.

Defende-se a posição de que os temas atuais da Psicologia sirvam para suscitar os problemas e os testes sejam elaborados com vistas a apresentar respostas e fomentar novos problemas. É desse modo que eles poderão “conduzir o mercado”, segundo STERNBERG, ou expandir a sua gama de conhecimentos na área, conforme o entendimento nesta análise crítica.

CONCLUSÕES

Conclui-se da análise do artigo de STERNBERG (1992) que os estudos teóricos e práticos sobre a mensuração da inteligência e das aptidões, vêm contribuindo para o progresso da área conforme os moldes da “ciência normal”, ou

seja, da ciência baseada nos conhecimentos e feitos já existentes, segundo a concepção de KUJHN (1978).

Na realidade, esta "ciência normal" que está mais relacionada ao trabalho de pesquisa aplicada é a principal responsável pela produção científica. Embora não se subestime a necessidade da "ciência pura", mais próxima de alcançar "revoluções científicas", entende-se que os testes devem estar voltados às questões que despertam o interesse da Psicologia.

O estágio atual em que se encontram os testes e seus progressos são resultado, em primeiro lugar, de seu próprio objetivo - ser um instrumento - e, secundariamente, do desenvolvimento da Psicologia. Esta tornou-se uma ciência recentemente, o que faz com que, se comparada às ciências naturais, esteja em um processo de definição de seus "paradigmas". É na medida em que as ciências conseguem consolidar um corpo de conhecimentos, aceitos por seu grupo de cientistas que torna-se possível alcançar progressos a passos largos. Enquanto isso não ocorre, nós psicólogos ficamos divididos entre diferentes escolas e abordagens, sem um paradigma estabelecido.

O estágio em que nos encontramos não é motivo para imobilismo, nem sinal de que avançamos pouco; significa que temos um trabalho árduo para a nossa consolidação. Os testes têm demonstrado a sua validade e a área continua se desenvolvendo através de novas pesquisas e conceituações sobre a inteligência e as aptidões, por exemplo. O próprio STERNBERG tem se empenhado nestas tarefas.

Os avanços recentes indicam que a psicometria está atenta às questões e críticas que lhe circundam. Exemplo disso são as "Teorias das Inteligências Múltiplas" que vêm pesquisando o que existe a mais, sobre a inteligência, do que o rol de aptidões que os testes convencionais medem. Ou os "Testes de Organização Rápida" que tentam ser sensíveis à polêmica da questão cultural/social. Há também a "Testagem Computadorizada" que coloca o desenvolvimento de uma dada tecnologia (informática) a serviço da psicometria.

Por estas razões, entende-se que a área de testes vem se desenvolvendo segundo o seu próprio ritmo e os interesses da ciência a qual está vinculada.

Se acreditássemos que os testes psicológicos se baseiam no desejo dos seus consumidores, deveríamos esperar um quadro bem diverso. Vivemos em uma sociedade pautada no consumismo, com um mercado sempre exigente em relação ao que compra e que rejeitaria um instrumento que cumpre parcialmente com os seus requisitos.

Embora os cientistas não correspondam ao ideal de neutralidade e objetividade, almejado pelos positivistas têm sua atuação prática regulada pela visão de ciência e não especificamente do mercado. O compromisso de um estudioso que trabalha em um campo como o que vem se tratando, é em primeiro lugar com a busca do conhecimento, pois as suas "conjecturas" tanto podem ser comprovadas como "refutadas", conforme POPPER (s/d). Esta última possibilidade resulta em perda de tempo e dinheiro, o que não condiz com uma política racional de mercado.

Em razão do exposto, não vislumbra-se proximamente a extinção dos testes psicológicos, mas o seu aperfeiçoamento através do uso de instrumentos que meçam com maior acuidade aquilo a que se propõem. Além disso, as análises qualitativas deverão ter um papel mais relevante para a ciência psicológica no futuro, e em conjunto com os métodos quantitativos, possibilitarão um conhecimento maior sobre a inteligência, enquanto objeto de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Leandro S. e CRUZ, Orlando M. S. R. O uso dos testes como revelador de modelos de prática psicológica: estudo conjunto dos psicólogos portugueses. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília : UNB. v.4, n.3, p.207 - 224, set./dez., 1988.
- ANASTASI, Anne. *Psicologia Diferencial*. São Paulo EPU/EDUSP, 1972.
- _____. *Testes Psicológicos*. 2^a. ed. São Paulo : EPU, 1977.
- AUGRAS, Monique. *Testes Psicológicos e Antropologia*. Arqui-

- vos Brasileiro de Psicologia*. Rio de Janeiro : FGV, v.42, n.3. p. 78-87, jun./ago., 1990.
- BAQUERO, Godeardo. Testes Psicométricos e Projetivos: esquema para construção, análise e avaliação. São Paulo : Loyola, 1968.
- BELLAK, Leopold. Projective Techniques in the Computer Age. *Journal of Personality Assesment*. Hillsdale (NJ) : Lawrence Erlbaum Associates. v.58, n.3, p. 445-453, 1992.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Brasília : CFP, 1987.
- COSNIER, Jaques. Chaves da Psicologia. 2ª. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1976
- CROMBACH, Lee J. Essentials of Psychological Testing. New York : Harpep International Edition, 1970.
- EYSENCK, H. J. e KAMIN, Leon. O grande debate sobre inteligência. Brasília : UnB, 1982.
- GIORGI, Amedeo. A Psicologia como Ciência Humana: uma abordagem de base fenomenológica. Belo Horizonte : Interlivros, 1978.
- HERRNSTEIN, R.J. O Qi na Meritocracia. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.
- KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. 2ª. ed. São Paulo : Perspectiva, 1978.
- LAWSON, Douglas E. Need for Safeguarding the Field of Intelligence Testing. *Journal of Educational Psychology*. Washington Psychological Association. v.84, n. 2, p. 143-140, jun., 1992.
- MARX, Melvin H. e HILLIX, Willian A. Sistemas e Teorias em Psicologia. ed. São Paulo : Cultrix, 1978.
- MAYHAUSER, Richard Von. The Mental Testing Community and Validity pre-history. *American Psychologist*. Washington : *American Psychological Association*. v.47, n.2, p. 244-253, feb., 1992.
- MORA, Juan Antonio. La Inteligência como Proceso básico *Anales de Psicologia*. Murcia(Espanha) : COMPOBELL, v.7, n.1, p.57-63, 1991.
- POPER, Karl R. Conjecturas e Refutacões. Brasília : UNB, [s.d.].
- REVISTA VEJA. Datas. São Paulo : Abril, v. 26, n. 2, semanal, p. 67. 13 jan., 1993
- SAMPAIO, Jáder dos Reis. Inteligência: um debate com a história. *Cadernos de Psicologia*. Belo Horizonte : UFMG, v.4, n.2, p. 85-95, jun., 1987.
- STERNBERG, Robert J. Death, Taxes, and Bad Intelligence Tests. *Intelligence* NorWood(NJ) : Ablex Publisbing Corporation, v.15, n.3, p. 257-269, jul./set., 1991.

- _____. Ability Tests, Measurements, and Markets. *Journal of Educational Psychology*. Washington : American Psychological Association, v.8, n.2, p. 134-140, jun., 1992.
- SZÉKELY, Béla. Los Tests. 5.ed., Buenos Aires : Kapelux, v. 1 1966.
- TURNBULL, William W. Intelligence Testing in the Year 2.000. In. STERNBERG, Robert e DETTERMAN, Douglas (ed.). *Human Intelligence: perspectives on its theory and measurement*. Norwood(NJ) : ABLEX, 1981.
- VAN KOLCK, Odete Lourenção. Técnicas de Exame Psicológico e suas aplicações no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1974.
- WARZECHA, Georg. The Challenge to Psychological Assesment from Modern Computer Teclmology. *European Review of Applied Psychology*. Paris : Editions du Centre de Psychologie Apliquee, v.41, n.3, 1991, p.213-220.